

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS E SUA RELAÇÃO COM A DESVALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

SOCIAL REPRESENTATIONS IN NATIONAL CURRICULAR GUIDELINES AND THEIR RELATIONSHIP WITH THE DEVALUATION OF PHYSICAL EDUCATION

REPRESENTACIONES SOCIALES EN LAS DIRECTRICES CURRICULARES NACIONALES Y SU RELACIÓN CON LA DEVALUACIÓN DE LA EDUCACIÓN FÍSICA

Paulo Sergio Pimentel de Oliveira¹
Renata de Melo Cardoso Palmares²
Marconi Silva de Andrade³
Felipe da Silva Triani⁴

RESUMO: O manuscrito discute os possíveis indícios de representações sociais acerca da formação de professores em Educação Física, a partir de uma análise das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação em Educação Física. Inicialmente, apresenta alguns indícios de representações sociais presentes nos processos de ancoragem e objetivação com a valorização do curso de Bacharelado e desvalorização da Licenciatura. Em seguida, apresenta como cada uma das etapas do currículo é evidenciado ao destacar os conteúdos de um determinado campo, trazem representações sociais que reforçam o campo do Bacharelado Educação Física, sobrepondo um campo ao outro. Finalmente, o estudo mostra que os processos de conformação do currículo da Educação Física têm caminhado no sentido de representações sociais que desvalorizam o campo da Licenciatura.

540

Palavras-chave: Representações sociais. Formação docente. Currículo. Licenciatura. Bacharelado.

ABSTRACT: This manuscript discusses possible evidence of social representations regarding Physical Education teacher training, based on an analysis of the Curricular Guidelines for Undergraduate Physical Education Programs. Initially, it presents some evidence of social representations present in the anchoring and objectification processes, with the valorization of the Bachelor's degree and the devaluation of the Licentiate degree. It then presents how each stage of the curriculum is highlighted by highlighting the content of a given field, bringing social representations that reinforce the field of the Bachelor's degree in Physical Education, overlapping one field with the other. Finally, the study shows that the processes of shaping the Physical Education curriculum have been moving toward social representations that devalue the field of the Licentiate degree.

Keywords: Social representations. Teacher training. Curriculum. Licentiate degree. Bachelor's degree.

¹Doutorando em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá - PPGE - UNESA. Centro Universitário Gama e Souza - UNIGAMA.

²Doutoranda em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá - PPGE - UNESA.

³Doutorando em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá - PPGE - UNESA.

⁴Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá - PPGE - UNESA, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

RESUMEN: Este manuscrito analiza la posible evidencia de representaciones sociales en torno a la formación del profesorado de Educación Física, a partir del análisis de las Directrices Curriculares para los Programas de Grado en Educación Física. Inicialmente, presenta evidencias de representaciones sociales presentes en los procesos de consolidación y objetivación, con la valorización del grado y la devaluación del grado de Licenciatura. Posteriormente, presenta cómo cada etapa del currículo se destaca al destacar el contenido de una disciplina específica, generando representaciones sociales que refuerzan el campo de la Licenciatura en Educación Física, superponiéndose a otras disciplinas. Finalmente, el estudio muestra que los procesos de configuración del currículo de Educación Física han evolucionado hacia representaciones sociales que devalúan el campo de la Licenciatura.

Palabras clave: Representaciones Sociales. Formación del professorado. Currículo. Grado. Licenciatura.

INTRODUÇÃO

O Ministério da Educação estabelece uma política de formação no ensino superior da Educação Física consoante a necessidade da sociedade, assim estabelecendo a Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para servir de Guia na organização do Projeto Pedagógico Curricular (PPC). Com a regulamentação da Educação Física em 1998, foi habilitada em Licenciatura e Bacharelado, assim ocorrendo uma cisão entre os seus conteúdos por mais de 10 anos.

Na atualidade, a Resolução de nº. 06 de 2018, estabelece uma formação comum até os quatro períodos iniciais (os primeiros dois anos de formação universitária) e novamente uma dicotomia entre as habilitações nos últimos quatro últimos períodos, o que coloca em dúvida a qualidade na formação desses futuros profissionais.

O presente texto assume a hipótese de que os graduandos dos cursos de graduação em Educação Física estão sendo atraídos ao terminar a etapa comum da sua formação, pelo mercado de trabalho devido à maior oferta de conteúdos e maiores campos de atuação profissional para o curso de Bacharelado.

De acordo com o relatório da UNESCO (2025), no contexto da educação primária, metade de todos os países paga aos professores menos do que outras profissões que exigem qualificações semelhantes, e isso se aplica para 7 em cada 10 países da Europa e da América do Norte. O que reforça a desvalorização do magistério na sociedade mundialmente devido à falta de políticas educacionais para a valorização da formação de professor no âmbito da Educação.

Este texto visa analisar as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Educação Física, Licenciatura e Bacharelado, em suas diferentes versões ao longo dos anos. A análise é

operada a partir da Teoria das Representações Sociais (TRS), cujo precursor é Serge Moscovici, disparando seu olhar para os conteúdos gramaticais dos documentos (Moscovici, 2007).

Assim, pretende-se analisar as políticas públicas de formação docente, a fim de explicitar os possíveis indícios de representações sociais em cada uma das versões das diretrizes. De acordo com Jodelet (2011), uma das características das representações sociais (RS) é a sua presença nos mecanismos de comunicação social. Desse modo, analisar os documentos pode servir como uma estratégia potente de conhecer as representações sociais instituídas na esfera pública, mesmo que esse discurso esteja escrito.

Outro aspecto que a TRS manifesta é de trazer o não-familiar para o familiar (Jodelet, 2001; Moscovici, 2007), ou seja, tornar conhecido o que outrora não era conhecido. Então, é evidente que após a pesquisa o que estava oculto, não familiar, vem a ser desvelado a fim de que se torne conhecido por todos. Pois quando confrontados com o novo ou perturbador, as pessoas mobilizam as representações existentes para ancorar o desconhecido em categorias conhecidas e objetivá-lo, transformando o abstrato em algo concreto e tangível (Moscovici, 2007).

Dessa forma, este texto tem como objetivo explicitar os possíveis indícios de representações sociais acerca da formação de professores em Educação Física, a partir de uma análise das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física.

542

FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA: PROCESSOS DA (DES)VALORIZAÇÃO DE UM CAMPO

A Educação Física, desde que se tornou um curso de nível superior, passou a ser orientada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 1987). Com isso, a Formação dos professores e/ou Profissionais de Educação Física ocorre em curso de graduação que confere o título de Bacharel e/ou Licenciado em Educação Física. O que acontece quando se atende aos documentos legais que designa os conteúdos e aprendizados para direcionar o curso no ensino superior conforme as orientações do Ministério da Educação.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais de 1987, continha um currículo pleno com seus conteúdos para que os discentes pudessem atuar na área escolar em todas as etapas da Educação Básica e na área não escolar (academias, clubes, centros comunitários, condomínios, etc). Isso se dava tanto na abordagem de questões éticas, como sobre o comportamento do professor no que se refere à sua formação pessoal e profissional, de acordo com seu interesse e aperfeiçoamento da aptidão cognitiva, social e motora.

Desta forma, nos currículos plenos para os cursos de graduação em Educação Física, continham representações sociais de uma formação plena, ancorada na ideia de uma formação unificada. Esse conceito de ancoragem, segundo Triani *et. al.* (2024), refere-se ao processo pelo qual as representações sociais são vinculadas a elementos mais estáveis e familiares da cultura, como símbolos, imagens, estereótipos ou conceitos previamente estabelecidos. Isso ocorre quando uma RS já existente sofre transformação conforme o movimento que o grupo social faz diante das crenças e valores em que está inserido.

Assim, de acordo com o primeiro artigo dos DCN's, a Formação dos Profissionais de Educação Física será feita em curso de graduação que conferirá o título de Bacharel e/ou Licenciado em Educação Física, não fragmentando seus conteúdos, apresentaram duas dimensões: Formação Geral (humanística e técnica); e Aprofundamento de Conhecimentos (Brasil, 1987).

Segundo essas Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 1987), no seu artigo quarto, evidencia que o curso de Educação Física teria a duração de quatro anos, cursado em oito semestres, no mínimo, e no máximo sete anos em quatorze semestres, totalizando 2880 horas de curso. Desta carga horária, podemos destacar que as porcentagens, estavam organizadas a partir de cada conhecimento, conforme os parágrafos primeiro, segundo e terceiro, do artigo quarto desse documento:

§ 1º - Desse total de 2.880 horas/aula, pelo menos 80% (oitenta por cento) serão destinadas à Formação Geral e um mínimo de 20% (vinte por cento) para o Aprofundamento de Conhecimentos.

§ 2º - Desses 80% das horas/aula destinadas a Formação Geral, 60% deverão ser dedicadas às disciplinas vinculadas ao Conhecimento Técnico.

§ 3º - No mínimo de 2.880 horas/aula previstas, estão incluídas as destinadas ao Estágio Supervisionado e excluídas as correspondentes às disciplinas que são ou venham a ser obrigatórias, por força de legislação específica (ex.: EPB) (Brasil, 1987).

O documento reforça uma série de regras das quais os formandos têm que cumprir. Dentre eles estão os estágios, a exemplo disso, está o estágio curricular obrigatório e a monografia, que é o trabalho de conclusão de curso, sem o qual o formando não poderia finalizar seus estudos na universidade. Notam-se os estágios nas duas habilitações como um fator importante de avaliação, o que evidencia o indício de representações sociais de cada grupo analisado, como fatores positivos ou negativos da formação.

O Estágio Curricular, com a duração mínima de um semestre letivo, de caráter obrigatório, tanto nas licenciaturas como nos bacharelados, devendo para estes, ser complementado com a apresentação de uma monografia, ou seja, um estudo de autoria do próprio formando para finalizar seus estudos na universidade.

Com o final da década de 1990, temos um marco em relação às transformações da profissão, que foi a qualificação da categoria de Educação Física pela regulamentação em 01 de setembro de 1998, com a Lei 9.696 de 1998 (Brasil, 1998). De acordo com o texto do documento, logo em seu artigo primeiro consta que o exercício das atividades de Educação Física e a designação de Profissional de Educação Física é prerrogativa dos profissionais regularmente registrados nos Conselhos Regionais de Educação Física.

Tal fato marca, simbolicamente, o surgimento do conceito de profissional de Educação Física para atuação na área do Bacharelado, o que potencializa as Representações Sociais da Educação Física com conteúdo atrativos, pois demonstra uma vasta possibilidade de atuação, gerando um encantamento dos conselhos Federal e Regionais, sobretudo, pela expansão do campo de atuação desses profissionais junto a sociedade.

Entretanto, o professor de Educação Física não somente ficou estagnado, como também não conseguiu ganhar o mercado de trabalho, pois com a regulamentação da profissão de Educação Física simbolicamente não foi fortalecido. O segundo fato é marcado, pois seus conteúdos foram fragmentados, consequentemente, não receberam a importância desejada pelo Conselho Federal de Educação Física (CONFEFE) e os Conselhos Regionais de Educação Física (CREF), para sua evolução junto à sociedade. Além de não ser valorizado pelos órgãos federais e regionais da categoria, foi desvalorizado, mais uma vez, pela crise social que fora provocada em relação à Educação, o que possibilitou diminuição de ofertas para o concurso público, diminuição de carga horária para a Educação Física nas escolas públicas e particulares (Machado, 2024).

544

Essa desvalorização que ocorreu por meio dos Conselhos Federal e Regional como do campo da Educação, aponta uma possível representação social, no que tange ao campo da formação de professores de Educação Física e o currículo apresentado pelo documento legal das Diretrizes Curriculares Nacionais, de 1987. Este fato gera um movimento político sociocultural dentro da área da Educação Física. Contudo, isso será apontado ao final da pesquisa.

Diante do exposto, o objetivo desse estudo é salientar as possíveis representações sociais que emergem da formação de professores de Educação Física uma vez que a ancoragem e a objetividade trazem a luz o objeto não-familiar se tornando familiar.

Movimento político sociocultural na Educação Física:

De acordo com Costa (2023), a Educação Física é um campo político sociocultural e dialético, situado historicamente no debate mais amplo da luta de classes no modo de produção capitalista, imbricado ao campo do trabalho, pela relação indissociável da relação educação-

trabalho, que se materializa por meio de processos da práxis educativa, na relação teoria-prática, e, da experiência do tempo formativo com a relação do trabalho para a constituição do/a trabalhador/a docente.

A partir dessa atuação, foi possível detectar o surgimento de outra relação entre a prestação de serviço e o beneficiário nas áreas não formais da Educação Física. Isso se dá com o surgimento no campo dos cursos de formação, presente na Resolução de nº. 06, de 2 018, com o foco na área da saúde, como cita Christofolletti (2023).

Nesse sentido, acreditamos que a saúde deva ser a identidade de todas as áreas do Bacharelado em Educação Física, pois mesmo que o profissional opte por seguir a área de lazer, ginásticas de academia, esporte, performance, treinamento, entre outros, os princípios da saúde devem estar presentes na profissão e na atuação profissional, como está presente no texto dos DCN's que:

Compete ao Profissional de Educação Física coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas e do desporto (Brasil, 1998).

Dessa forma, o documento supracitado afirma todos os trabalhos que o profissional de Educação Física deverá cumprir, uma vez que esteja formado e atuante na área tanto da atividade física como do desporto.

545

Em 2002, as Diretrizes Curriculares Nacionais em relação a formação dos professores da Educação Básica foram publicadas.

Nesse documento, como em qualquer documento legislativo, visando ter um texto democrático a fim de atingir um público universal, composto por toda e qualquer pessoa (Palmares *et al.*, 2023). Fica evidente que o que é preferível é que todo e qualquer cidadão possa usufruir do que fora estabelecido pela lei. Dessa forma, tem-se o que se deseja em relação a atuação do profissional de Educação Física.

No artigo quarto, por sua vez, pode-se ler que o que é ideal, o preferível é que todos os profissionais de Educação Física possam

- I. considerar o conjunto das competências necessárias à atuação profissional;
- II. adotar essas competências como norteadoras, tanto da proposta pedagógica, em especial do currículo e da avaliação, quanto da organização institucional e da gestão da escola de formação (Brasil, 2022).

Embora esse documento apresente o que é desejável à formação de professores de Educação Física, esse documento expõe, exclusivamente, sobre a formação em Licenciatura.

Outro ponto que gostaríamos de destacar está presente no parágrafo 3º, do artigo 6º, em que a lei apresenta o que se espera alcançar em relação ao conhecimento que o futuro profissional de Educação Física tenha aprendido e apreendido em sua formação:

§ 3º A definição dos conhecimentos exigidos para a constituição de competências deverá, além da formação específica relacionada às diferentes etapas da Educação Básica, propiciar a inserção no debate contemporâneo mais amplo, envolvendo questões culturais, sociais, econômicas e o conhecimento sobre o desenvolvimento humano e a própria docência, contemplando:

I. cultura geral e profissional;

II. conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais e as das comunidades indígenas;

III. conhecimento sobre dimensão cultural, social, política e econômica da educação;

IV. conteúdo das áreas de conhecimento que serão objeto de ensino;

V. conhecimento pedagógico;

VI. conhecimento advindo da experiência (Brasil, 2002).

As Diretrizes Curriculares Nacionais, estabeleceram a duração e a carga horária da formação de Licenciatura “plena”. Nela, o curso de formação deveria ter, no mínimo, 2800 horas, sendo cursadas em um menor tempo de três anos de integralização. Essa resolução prescreveu orientações para os currículos organizando-os em 400 horas de prática como componente curricular, 400 horas de estágio curricular supervisionado, 1800 horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural e 200 horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais (Brasil, 2002).

546

Nesta abordagem podemos destacar as políticas públicas para formação do professor de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais unificando todos os cursos de Licenciatura conforme a resolução de nº. 02, de 2019, o que simbolicamente se cria uma resolução sem considerar as especificidades de cada área de formação, surgindo assim representações sociais de que os conteúdos são fragmentados, desvalorizando os professores e provocando outros questionamentos sobre a Educação Básica.

Desta forma, surgem algumas representações sociais sobre o que é ser professor de Educação Física, a construção de outros modelos de currículos, surgimento de diretrizes de formação específica para as licenciaturas, ainda que a desvalorização continue a assombrar quem ainda se encanta pelo magistério.

Entretanto, do ponto de vista político da Educação Física, surge um movimento a favor de uma formação específica para atuação no *Fitness*, na Saúde, no Esporte, no Treinamento e outras áreas não formais. Ou seja, a necessidade de uma resolução específica para atender as necessidades próprias no campo da formação em Educação Física (Brasil, 2004).

No Bacharelado os símbolos são exaltados com uma Resolução específica para o curso, seus conteúdos são glamorosos, volumosos e atrativos, surge o profissional de Educação Física e tal fato é marco simbolicamente com a comemoração do seu dia, dia esse que tem como marco a assinatura pelo Presidente da República reconhecendo a profissão. Assim, o dia 01 de setembro ganha várias representações sociais na área do Bacharelado, possibilitando um imaginário junto a sociedade de forma a valorizar sua atuação devido a qualidade nos ambientes não formais de atuação.

Dessa forma, a Resolução de 2004, versa sobre os cursos de graduação em Educação Física, mais especificamente sobre a formação no campo do Bacharelado, evidenciado assim, uma ampliação das competências e habilidades associadas à saúde, lazer, treinamento e *fitness* nos cursos de formação (Brasil, 2004).

A publicação desta normativa, também pode estar alinhada a uma perspectiva neoliberal do mercado de trabalho que deseja uma relação sem vínculo empregatício. De acordo com Sousa e Maldonado (2024), a atual conjuntura para formação de professores(as) do país simboliza propostas curriculares com características homogêneas e padronizadas, as quais condicionam o exercício do trabalho do(a) professor(a) com base em dimensões e competências.

Observa-se, já nessa normativa, uma possível “atração” do currículo para o campo do Bacharelado e uma desvalorização da atuação na Licenciatura. De acordo com Costa (2023), as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Física representam um “ajuste” à ordem do capital, falseando a realidade do mundo do trabalho, assim como mascara um falso consenso entre o grupo que defende o sistema CONFEF/CREFs e o grupo que historicamente luta pela defesa de uma formação unificada-integrada em Educação Física.

Fazendo um comparativo entre a Resolução de 2002, para o campo específico da Licenciatura e a Resolução de 2004, para o campo do Bacharelado, percebe-se uma supervalorização dos conhecimentos, competências e habilidades para a formação de Bacharelado. Contudo, Costa (2023), evidencia que os conhecimentos culturais-estéticos, sociais, tecnológicos, psíquicos, educacionais, da saúde, dentre outras áreas são indissociáveis quando consideramos o ser humano em sua totalidade e integralidade. Defendemos que é a docência o elemento central do trabalho/práxis pedagógica em Educação Física com crianças, jovens, adultos, idosos, quer seja no campo educativo escolar ou não-escolar, na cidade ou no campo.

Assim, permaneceu por mais de 10 anos, com uma resolução que trabalhou os conteúdos de forma fragmentados, com uma divisão de conteúdos e área de atuação sem um equilíbrio, sem uma disciplinaridade que valorizasse a formação em sua totalidade.

Dessa forma, percebemos que as representações sociais da Educação Física junto da comunidade academia mesmo tendo as influências do esporte de alto rendimento, da cultura corporal, do lazer e outras áreas, tem uma maior relevância na saúde como uma das principais justificativas para o incentivo da prática da Educação Física na Licenciatura, porém precisando compreender e definir melhor seus conhecimentos, habilidades e competências na atuação da Educação Básica e de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para uma maior valorização na formação de discente, que serão futuros professores na atualidade (Brasil, 2018).

Com a Resolução de nº. 06 de 2018, surge um currículo interdisciplinar nos dois primeiros anos, isto é, uma etapa comum entre Licenciatura e Bacharelado. Dicotomia que durou mais de 10 anos, assim dentro dos conteúdos apresentados para formação inicial estão presentes as Representações Sociais que foram fragmentadas e na atual DCN um núcleo comum é identificado, surgindo assim um novo núcleo central e suas periferias com cita Jodelet (2011), terminando um ciclo tanto com as Resoluções 02 de 2002, como com a resolução 07 de 2004.

A seguir, serão analisadas cada uma das etapas e as possibilidades de representações sociais presentes nos seus conteúdos textuais.

A ETAPA COMUM

As Diretrizes Curriculares Nacionais são instrumentos que orientam a Educação no Ensino Superior em que o Ministério da Educação e Cultura formula e implementa políticas educacionais para cada componente.

Segundo as orientações mais recentes, a Educação Física, estabelece seu objeto de estudo como a motricidade ou movimento humano, ou seja, a cultura do movimento corporal. Isso se dá quando o indivíduo ingressa na universidade, sendo um ingresso único, destinado as habilitações de Licenciatura e Bacharelado, em que esse indivíduo escolherá futuramente. A formação inicial se dá em conjunto, pois tem um núcleo comum para ambas as formações e serão desenvolvidas em 1.600 horas (Brasil, 2018).

O texto mais recente (Brasil, 2018), não apresenta inovações que atraem de forma equilibrada o estudante para a Licenciatura e/o para o Bacharelado. Logo, os conteúdos da Licenciatura dividem-se entre a parte comum do currículo e a parte específica voltada para a Educação e formação humana. Segundo Abib e Knuth (2021), foram criadas dificuldades para

implementação de novos arranjos e desenhos curriculares. Contudo, o documento apresenta políticas de indução e fomento a experiências curriculares inovadoras e voltadas para o sistema público de saúde. Essa perspectiva, potencializa a atração para o campo do Bacharelado que tem o seu foco nas atividades de atenção à saúde humana.

No que se refere à ideia de saúde, o estudo de Triani *et al* (2019), ao investigar as representações sociais sobre saúde na formação docente, o estudo observou que mesmo para os estudantes ainda em formação, quando questionados sobre a ideia de saúde, as representações sociais estiveram associadas à subárea biodinâmica da Educação Física, manifestadas a partir dos termos exercício, atividade física e treinamento. Ou seja, parece que as características pedagógicas e socioculturais relacionadas à prática profissional da Educação Física não são centrais no universo das representações sociais desse grupo.

Dentro de um processo histórico, podemos analisar a formação inicial e a atuação do profissional de Educação Física. De acordo com Linck, Ilha e Afonso (2024), a formação unificada (1929-2004) teve duração de, aproximadamente, oito décadas. Já a fragmentação em Licenciatura e Bacharelado (2004-2022) perdurou por dezoito anos. Um terceiro ciclo foi instituído a partir da Resolução CNE/CES 6/2018.

Há uma diferença descomedida entre as áreas de atuação de Licenciatura e Bacharelado. Enquanto o Bacharelado se fortalece com as tendências da área de Saúde, do Treinamento Físico, da Estética, do Fitness e outras, a Licenciatura, por sua vez, ainda aborda algumas questões conhecidas, como abordagens pedagógicas etc. Para Sousa e Maldonado (2024), o debate das Ciências Humanas e Sociais como campo de estudo da Educação Física poderia estar mais presente na formação, uma vez que critica as tendências neoliberais no ensino.

549

ETAPA ESPECÍFICA – LICENCIATURA

O campo de atuação do professor de Educação Física na habilitação de Licenciatura permite a inserção das Representações Sociais que estão associadas à Educação Básica. Tendo sua atuação limitada na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e Ensino Médio, o que possibilita o surgimento de novas Representações Sociais de discente no que tange à compreensão da área como pouco atrativa, com a desvalorização do ser professor de Educação Física, limitação de atuação no mercado de trabalho e muitas vezes uma discriminação pelo baixo salário, falta de respeito dos alunos e da sociedade, isso é, uma política que desvaloriza o professor junto a sociedade.

A formação desses professores de Educação Física deve admitir a abrangência, diversidade e complexidade da Educação no Brasil, valorizando os princípios para a melhoria e democratização do ensino com a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola (Brasil, 2018).

A Resolução nº. 6 de 2018 procura ter uma formação generalista, mas apresenta algumas inconsistências devido a fragmentação dos cursos de Licenciatura e Bacharelado. De acordo com o texto do documento, o estudante terá uma formação humanista, técnica, crítica, reflexiva e ética qualificadora da intervenção profissional fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética do magistério. Ou seja, na docência do componente curricular da Educação Física, tendo como referência a legislação própria do Conselho Nacional de Educação para a área (Brasil, 2018).

O documento apresenta um dissenso no Artigo de nº. 11, quando assinala que as atividades práticas da etapa específica da Licenciatura deverão conter às práticas de estágio supervisionado, bem como outras práticas vinculadas aos diversos ambientes de aprendizado escolares e não escolares. No entanto, esse texto deixa dúvidas sobre a área de atuação de um profissional de Licenciatura, o que faz gerar uma contradição, pois a atuação do mesmo não consta áreas não escolares, uma vez que a sua habilitação se limita à Educação Básica.

550

No que tange aos estágios supervisionados em Licenciatura, estes devem cumprir 20% da carga horária total do currículo, do curso de Educação Física, em ambiente de prática real em contexto escolar, atribuindo habilidades e competências. Essa organização deve estar presente em dois documentos das instituições de ensino, no Projeto Político Pedagógico e no Projeto Institucional da instituição formadora (Brasil, 2018).

Entretanto, de acordo com o texto do documento, faz-se necessário compreender as diferenças regionais do Brasil, de forma a flexibilizar a formação para cada realidade, devido as suas diferenças sociais, conforme está posto no artigo 15 em que

Os cursos de Licenciatura em Educação Física, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, devem garantir uma formação profissional adequada aos seguintes conteúdos programáticos:

- a) Política e Organização do Ensino Básico;
- b) Introdução à Educação;
- c) Introdução à Educação Física Escolar;
- d) Didática e metodologia de ensino da Educação Física Escolar;
- e) Desenvolvimento curricular em Educação Física Escolar;
- f) Educação Física na Educação Infantil;
- g) Educação Física no Ensino Fundamental;

- h) Educação Física no Ensino Médio;
- i) Educação Física Escolar Especial/Inclusiva;
- j) Educação Física na Educação de Jovens e Adultos; e
- k) Educação Física Escolar em ambientes não urbanos e em comunidades e agrupamentos étnicos distintos (Brasil, 2018).

A organização da carga horária do curso de Educação Física foi definida na Resolução nº. 2 de 2019, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para todas as Licenciaturas. Esse entendimento, parece desvalorizar as licenciaturas ao estabelecer uma resolução única para todos os cursos, possibilitando o surgimento de um imaginário social, com representações sociais que uniformizam todas as licenciaturas. Assim, eleva-se o campo do Bacharelado ao atribuir a ele uma resolução específica e desqualificar, promovendo um empasse sobre o campo da licenciatura, ao não garantir a ele a mesma exclusividade que teve o Bacharelado.

ETAPA ESPECÍFICA - BACHARELADO

Desde a regulamentação da profissão de Educação Física no dia 01 de setembro de 1998, o curso de Bacharelado vem sendo visto por um outro prisma. O exercício físico deixou de ser importante somente pela questão da estética e do *fitness*, pois teve outras qualificações instituídas. De acordo com as novas diretrizes (Brasil, 2018), o profissional passa a pesquisar, conhecer, compreender, analisar e avaliar a realidade social para nela intervir acadêmica e profissionalmente. Por meio das manifestações e expressões do movimento humano, da cultura do movimento, das atividades físicas tematizadas, da ginástica, do jogo, do esporte, das lutas, da dança, visando à formação, à ampliação e o enriquecimento cultural para a adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.

De acordo com o texto do documento (Brasil, 1998), com a regulamentação da profissão a sociedade ganha um profissional que estuda e reconhece a importância do exercício físico para a saúde da população. Esse entendimento implica transformações dentro do próprio campo, principalmente no que se refere à supervalorização do campo do Bacharelado.

Essa mudança de paradigma fez com que a formação em Bacharelado manifestasse maior notoriedade junto com sistema CONFEF/CREF. De acordo com o texto das novas diretrizes (Brasil, 2018), algumas áreas de intervenção se apresentaram como possibilidades, dentre elas: políticas e programas de saúde; atenção básica, secundária e terciária em saúde; saúde coletiva; Sistema Único de Saúde (SUS); dimensões e implicações biológica, psicológica, sociológica, cultural e pedagógica da saúde; integração ensino, serviço e comunidade; gestão em saúde; objetivos, conteúdos, métodos e avaliação de projetos e programas de Educação Física na saúde.

Devido a quantidade de possibilidades de atuação profissional, a opção pelo Bacharelado em Educação Física torna-se mais atrativa, uma vez que, além das intervenções em saúde, há ainda as atividades esportivas, culturais e de lazer que aumenta o leque de opções para o formando poder se desenvolver no meio e atuar de modo satisfatório. Algumas dessas condições de possibilidades de atuação profissional podem ser observadas no artigo 18:

Art. 18 - A Etapa Específica para a formação do Bacharel em Educação Física deverá ter 1.600 (mil e seiscentas) horas referenciais e ser concebida, planejada, operacionalizada e avaliada, qualificando-o para a intervenção profissional em treinamento esportivo, orientação de atividades físicas, preparação física, recreação, lazer, cultura em atividades físicas, avaliação física, postural e funcional, gestão relacionada com a área de Educação Física, além de outros campos relacionados à prática de atividades físicas, recreativas e esportivas; visando a aquisição e desenvolvimento dos seguintes conhecimentos, atitudes e habilidades profissionais (Brasil, 2018).

Dessa forma, com o Bacharelado tendo um vasto campo de conteúdo, uma resolução própria, um dia no calendário anual para comemorar com o profissional, uma área abundante para atuação dos profissionais, possibilita a formação de uma nova representação social. O faz com que haja uma atração por parte dos discentes, normalmente, de quinto período, ou seja, estudantes que estão na segunda etapa de formação na universidade, a escolher o curso de Bacharelado, devido à uma atração fatal, construindo um imaginário de escolha pela formação.

552

O texto das diretrizes de 2018 aponta os campos de intersetividade conforme os eixos articulares da Saúde, do Esporte, da Cultura e do Lazer, evidenciando os campos de estudo e atuação da Educação Física nos programas e políticas de saúde para atendimento da sociedade (Brasil, 2018).

Essa ideia de Educação Física que manifesta uma visão de atendimento à sociedade, se alinha a questões políticas e tecnológicas estabelecidas mundialmente. Podemos destacar o relatório da UNESCO (2025), em que é afirmada a necessidade de aprimorar a capacidade institucional para atender às demandas de um mundo cada vez mais digital.

Nessa perspectiva, nota-se que o campo do Bacharelado está cada vez mais alinhado às características competitivas, característica principal, por exemplo, do mercado neoliberal. Nesse cenário, as relações entre empregador e trabalhador são mediadas por um ambiente de perdas de direitos dos trabalhadores, no qual há diminuição do número de vínculos empregatícios. A figura do *Personal Trainer* pode servir como exemplo para ilustrar esse cenário, no qual há a possibilidade de uma negociação informal de prestação de serviço sem quaisquer garantias de direitos para o profissional que presta o serviço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo objetivou explicitar os possíveis indícios de representações sociais acerca da formação em Educação Física, a partir de uma análise das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física. Para atingir esse objetivo, foi realizada uma análise crítica das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) e sua relação com a desvalorização do campo da Licenciatura em Educação Física.

O manuscrito discute sobre a formação em Educação Física, que no campo do Bacharelado, teve uma normativa específica no ano de 2004. Esse documento estabeleceu a atuação nas áreas não formais de ensino, a fim de atender demandas sociais com atividades de ginástica em academias, clubes, esportes, projetos sociais, na saúde primária e outras áreas fora da Educação Básica. Isso está condicionado a uma carga horária de 3.220 horas em seu currículo, o que foi amplamente aceito, principalmente, pela propagação de pensamentos ancorados, com o objetivo de ampliar o mercado.

A análise da construção do campo do Bacharelado em Educação Física permite mostrar que, por cerca de 14 anos, durante o período em que as formações Licenciatura e Bacharelado estiveram organizadas a partir de formações distintas, houve um processo de qualificação do campo do Bacharelado, que foi exposto na Resolução de nº. 06 de 2018, em que se deu com a culminância de supervalorização do profissional.

553

O que chama a atenção são os sentidos que supervalorizam o campo do Bacharelado a partir da desqualificação do campo da Licenciatura, mais precisamente a partir da sua exclusão, quando a formação em Licenciatura passa a ser regida, em 2019, por resolução específica das licenciaturas, condição esta que também pode constituir perda de força dentro do próprio campo.

Ao analisar a Resolução de nº. 06 de 2018, percebemos no seu processo de construção um vasto conteúdo quantitativo específico, bem como uma maior possibilidade de área de atuação. Dessa forma, a formação em Bacharelado parece ser mais atrativa, ao menos do ponto de vista das possibilidades de mercado. Essa condição não é igual para o campo da Licenciatura, tornando-a pouco atrativa. Essas questões, somadas ao processo de desvalorização da profissão docente, podem impactar os estudantes no momento escolher o curso de Educação Física - Licenciatura em sua parte específica, assim tornando o Bacharelado uma escolha fatal.

A partir dessa análise realizada nesse estudo, os indícios de representações sociais que ficam evidentes é que o profissional de Educação Física que está sendo preparado para atuar no

âmbito da licenciatura sofreu perdas com a alteração das Diretrizes Curriculares Nacionais. Ao passo que os formandos que estão se preparando para atuar no mercado de trabalho, na formação no Bacharelado, ganharam espaço, no que tange as resoluções das DCN's.

Por essa razão, identifica-se que as representações sociais do estudante de Educação Física podem ser evidenciadas, por meio da decisão que esse aluno faz quando precisa escolher entre licenciatura ou bacharelado. As representações sociais estão ancoradas no documento das DCN's, que direciona qual o percurso será percorrido pelo aluno de Educação Física.

REFERÊNCIAS

ABIB, Leonardo Trápaga; KNUTH, Alan Goularte. As diretrizes curriculares nacionais da educação física de 2018 e as imprecisões em torno da saúde coletiva e o SUS. **Revista Pensar a Prática**, v. 24, p. e67182, 2021.

BRASIL. **Resolução CFE Nº 3, de 16 de julho de 1987**. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física. Brasília: DF: Diário Oficial da União, 1987. Disponível em: https://crefrs.org.br/sistemas.crefrs.org.br/legislacao/pdf/resol_cfe_3_1987.pdf. Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. **Lei Nº 9.696, de 1º de setembro de 1998**. Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. CEDI. Brasília, 1º de setembro de 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9696.htm. Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. **Resolução CNE/CES Nº 1, de 28 de janeiro de 2002**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica. Brasília: DF: Diário Oficial da União, 2002.

BRASIL. **Resolução CNE/CES Nº 7, de 31 de março de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Educação Física em nível superior em graduação plena. Brasília: DF: Diário Oficial da União, 2004. Disponível em: https://crefsc.org.br/principal/wp-content/uploads/2016/04/res_2004_0007_cne_ces.pdf. Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. **Resolução Nº 6, de 18 de dezembro de 2018**. Institui as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências. Brasília: DF: Diário Oficial da União, 2018. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104241-rces006-18/file>. Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. **LEI Nº 14.386, DE 27º DE junho DE 2022**. CÂMARA DOS DEPUTADOS: Centro de Documentação e Informação - CEDI. Brasília, 27º de junho de 2022. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2022/lei-14386-27-junho-2022-792898-normaatualizada-pl.html>. Acesso em: 22 ago. 2025.

COSTA, Maria da Conceição dos Santos. Formação de professores e professoras em educação física e as diretrizes curriculares nacionais: a desertificação da docência. **Formação em Movimento**, v. 5, n. 11, p. 1-21, 2023. Disponível em:

LINCK, Lucas Costa; ILHA, Franciele Roos da Silva; AFONSO, Mariângela da Rosa. Formação Inicial em Educação Física e atuação profissional: problematização foucaultiana e a emergência da Resolução CNE/CES 6/2018. DOI: 10.58422/repesq.2024.e1614. **Revista Eletrônica PesquisaEduca**, Santos, V.16, N.43, p. 151-169, set/dez, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/1614>. Acesso em: 22 ago. 2025.

MACHADO, Rogério Tauã Mello. Regulamentação da profissão ou do trabalho? Os movimentos de 1940 e 1980/1990 na Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 46, p. 1-7, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/rbce.45.e20230042>. Acesso em: 23 ago. 2025.

PALMARES, Renata de Melo Cardoso; TRIANI, Felipe da Silva; ALVARENGA, Claudia Helena Azevedo. “Eu ganho r\$ 70 mil. ela não ganha nem r\$ 5 mil”: a polêmica acerca do trabalho docente no brasil a partir da declaração da mc pipokinha. **Peer Review**, 2023, 5(17). Disponível em: https://www.academia.edu/105560572/_Eu_ganho_R_70_mil_Ela_n%C3%A3o_ganha_nem_R_5_mil_a_pol%C3%AAmica_acerca_do_trabalho_docente_no_Brasil_a_partir_da_declara%C3%A7%C3%A3o_da_MC_Pipokinha#:~:text=O%20artigo%20analisa%20a%20declara%C3%A7%C3%A3o%20da%20funkeira%20MC,b%C3%AAsica.%20Diferentes%20atores%20sociais%20se%20manifestaram%20em%20oposi%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 22 ago. 2025.

555

SOUSA, Rebeka Martins Flôrêncio de; MALDONADO, Daniel Teixeira. Formação de professores(as) de Educação Física nos Institutos Federais: perspectivas baseadas no currículo. **Revista Internacional de Formação de Professores**, Itapetininga. São Paulo. v. 9, p. e024018, 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/393109787_Formacao_de_professoras_de_Educacao_Fisica_tensoes_e_perspectivas. Acesso em: 22 ago. 2025.

TRIANI, Felipe; MIRANDA, Mariana; ALVES, Priscila; TELLES, Silvio de Cassio Costa. Representações Sociais de estudantes de Bacharelado em Educação Física sobre Saúde. **Arquivos em Movimento**, v. 15, n.1, p.272-282, Jan-Jul, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/am/article/view/23189>. Acesso em: 22 ago. 2025.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura: **Abordar a escassez de professores e transformar a profissão**. Brasília DF, 2025. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/articles/relatorio-global-sobre-professores-abordar-escassez-de-professores-e-transformar-profissao>. Acesso em: 22 ago. 2025.